



XVIII ENANPUR
NATAL 2019
27 a 31 maio

O MOVIMENTO PENDULAR DE GOVERNADOR CELSO RAMOS - SC: Uma análise a partir dos dados censitários

Autores:

Daner Rosskamp Ferreira - UDESC - daner_spg@hotmail.com

Stephanie Luise de Pinho - UDESC - stephanie.divinoconceito@gmail.com

Resumo:

O movimento pendular se diferencia de outras migrações pela possibilidade das pessoas se manterem no seu local de moradia e se deslocarem diariamente para outra localidade a trabalho, estudo ou em busca de outros serviços não garantidos na localidade de origem, tornando os meios de transporte uma importante ferramenta para sua concretização. O presente estudo pretende analisar o movimento pendular do município de Governador Celso Ramos/SC a partir dos dados do Censo Demográfico de 2010 (IBGE). Os dados mostraram que 41% dos trabalhadores residentes no município, trabalhavam em outro município, com tempo médio de deslocamento até o local de trabalho de mais de meia hora até 2 horas. Os dados também revelaram que cerca de 28% dos estudantes residentes, estudavam em outro município. Os dados censitários se mostraram uma importante fonte para a análise do movimento pendular e suas implicações no desenvolvimento do município.

O MOVIMENTO PENDULAR DE GOVERNADOR CELSO RAMOS – SC:

Uma análise a partir dos dados censitários

RESUMO

O movimento pendular se diferencia de outras migrações pela possibilidade das pessoas se manterem no seu local de moradia e se deslocarem diariamente para outra localidade a trabalho, estudo ou em busca de outros serviços não garantidos na localidade de origem, tornando os meios de transporte uma importante ferramenta para sua concretização. O presente estudo pretende analisar o movimento pendular do município de Governador Celso Ramos/SC a partir dos dados do Censo Demográfico de 2010 (IBGE). Os dados mostraram que 41% dos trabalhadores residentes no município, trabalhavam em outro município, com tempo médio de deslocamento até o local de trabalho de mais de meia hora até 2 horas. Os dados também revelaram que cerca de 28% dos estudantes residentes, estudavam em outro município. Os dados censitários se mostraram uma importante fonte para a análise do movimento pendular e suas implicações no desenvolvimento do município.

Palavras-Chave: Movimento Pendular, Mobilidade, Deslocamentos, Censo Demográfico.

INTRODUÇÃO

Segundo Jardim (2011) a mobilidade pendular pode ser conceituada como um processo de deslocamento de população no território, num determinado contexto socialmente construído no tempo e no espaço, proveniente de mudanças nas organizações da economia e da sociedade que envolve diversas dimensões e práticas cotidianas da população referentes a mudança de lugar. O autor comenta que no momento atual a análise dos deslocamentos cotidianos é vista como “uma *proxy* dos movimentos da economia e da sociedade contemporâneas, responsáveis pela criação de novos espaços e dinâmicas social e territorial.” (JARDIM, 2011, p. 59). Se contrapondo a visões de que as pessoas apenas se deslocam a motivos de trabalho ou estudo, adicionando mais motivações como de cunho social, político, cultural e até mesmo psicológico. O aparecimento de novas atividades podem gerar influência sobre novos deslocamentos espaciais da população, esse “novo” permite construir novos modelos explicativos sobre questões sociais.

Conforme Jardim (2011), entender a migração como processo de “atração” e “repulsão” explica o fenômeno do desenvolvimento urbano-industrial, as mudanças do campo para a cidade, transformando a vida cotidiana das pessoas, expressando novo modo de produção e trabalho, onde através da Revolução Industrial inglesa gerou uma sociedade capitalista de consumo de massa. Porém, por mais que a Revolução Industrial tenha sido fundamental na mudança social e cultural da população, a questão de deslocamentos de população para cidade existia antes dela. Corrêa (1997) afirma que o conjunto de deslocamentos é complexo e varia em função de diferentes propósitos e através de diferentes meios, tendo uma visão mais ampla do movimento pendular do que um simples processo de “atração” e “repulsão”.

Um amplo e complexo conjunto de deslocamentos de pessoas, bens, capitais e informação sobre a zona geográfica. Podem ter maior ou menor intensidade, variam em função da frequência e da incidência, como a distância e a direção, que se caracteriza por diferentes propósitos e é mantida pelos diferentes meios. (CORRÊA, 1997, p. 279).

Os deslocamentos em função de mudanças na organização social e produtiva influem sobre diferentes modalidades de mobilidade, com diferentes usos do tempo e do espaço, gerando “diferentes” custos ambientais e econômicos pelas possibilidades de práticas, atividades, ações e trajetórias. Jardim (2011) ainda afirma que podemos analisar essas múltiplas dimensões da realidade social através: da vida pública e privada pela análise de itinerários biográficos; do ciclo de vida; da relação entre domicílio e trabalho; das condições de habitualidade; das mudanças na estrutura econômica, social e os novos processos das empresas; das questões da mobilidade residencial e da imobilidade; das condições de deslocamento do lugar e da residência ao lugar de outra atividade; do tempo médio de deslocamento entre residência e local de destino; dos processos de circularidade do trabalho; dos processos de segregação socioespacial dentro da metrópole; das trajetórias migratórias; e das redes sociais.

A iniciativa para que ocorra esse movimento são, ainda segundo o autor, as carências (deficiências ou ausências materiais ou espirituais) apresentadas por esses grupos, que variam de acordo com um sistema de valores, referente as condições de vida e reprodução social - que são produzidas historicamente - um exemplo de condição de reprodução socioeconômica da nossa atual sociedade é a circularidade da força de trabalho especializada, um fenômeno que inclui vários lugares de trabalho e dependendo do nível de rendimento dos prestadores pode significar múltiplas residências.

Os movimentos pendulares estão sim, diretamente relacionados com o desenvolvimento socioeconômico, cujo contexto histórico atual os associa com as novas formas de trabalho e de mobilidade, se combinam também com a expansão do território metropolitano criando novas territorialidades e espaços sociais que atuam nas políticas urbanas-metropolitanas, influenciando na infraestrutura urbana e social principalmente as ligada aos transportes. Esse artigo pretende caracterizar principalmente o movimento pendular de estudo e trabalho, por ser um movimento frequente, de grande representatividade em termos quantitativos, que influencia na infraestrutura e na mobilidade das cidades de origem e de destino. Sabe-se que os movimentos ocorrem por inúmeros

fatores, mas estes em especial se expressam significativamente causando os impactos mais visíveis.

O presente artigo busca a compreensão do fenômeno migratório de tipo movimento pendular do município de Governador Celso Ramos, a partir da análise dos dados censitários, com o propósito de identificar a população migrante, caracterizar os objetivos e motivos da mobilidade, e os tempos de deslocamentos.

MOVIMENTO PENDULAR E A MOBILIDADE

O movimento pendular se configura como um importante indicador para verificar o processo de crescimento urbano de uma cidade e sua constituição como centralidade de uma região ou como um município dependente e interligado economicamente a essa centralidade. A centralidade e suas adjacências são geradas pela ampla descentralização da primeira, que pela interconexão com os territórios circundantes, os integra através de meios de comunicação.

As migrações, de maneira geral, refletem as dinâmicas territoriais, indicando a direção nas quais o mercado de trabalho cresce e se especializa, a demanda por mão-de-obra qualificada e desqualificada, sinalizando para o dinamismo econômico dos espaços refletidos na atração ou repulsão populacional, sugerindo o nível de centralidade exercido pelos lugares nas redes territoriais, expresso nos volumes populacionais, refletindo na dinâmica do prolongamento urbano.

Para uma boa compreensão dos fenômenos pendulares, segundo Branco et. Al (2005), é necessário perceber as condições do deslocamento, verificando o objetivo, a distância, a frequência, a duração, as condições de infraestrutura, os meios de transporte e ainda as políticas urbanas habitacionais. A mobilidade tem, atualmente, vínculo direto com os transportes e estes, por sua vez, possuem vínculo direto com a segmentação e expansão da cidade. O aumento dos movimentos pendulares, tanto em quantidade quanto em distância, tem relação com a situação do sistema de transportes que quanto melhores mais influenciam no crescimento das distancias percorridas diariamente, além de fatores políticos - como a falta de políticas coordenadas entre municípios de moradia e municípios de trabalho.

Quando os trabalhadores não conseguem pagar por moradias próximas a seus empregos, buscam as alternativas que estão ao seu alcance, que variam desde ocupação de áreas de risco e áreas de preservação permanente localizadas próximas ao centro, quanto, se estabelecendo em locais afastados, porém com boa acessibilidade garantida pelo transporte público - dependendo assim dos custos, da qualidade do transporte e do tempo de deslocamento, ou ainda, dependendo do transporte individual. O automóvel, foi um dos principais responsáveis pela quantidade e variedade dos movimentos da vida cotidiana das cidades, transformando a cidade, criando novos territórios e segmentando os deslocamentos.



A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO, A METROPOLIZAÇÃO E O MOVIMENTO PENDULAR

Quando a industrialização se tornou destaque na economia nacional, o fenômeno metropolitano manifesta-se no Brasil como resposta as transformações espaciais e socioeconômicas, refletindo em movimentos migratórios especialmente de êxodo rural e de sentido nordeste para sudeste. Martinho et al. (2016), comenta que num primeiro momento podemos apontar diversas vantagens dessa aglomeração econômica, promovida pela concentração espacial de atividades econômicas, estabelecimentos comerciais e serviços, como: a redução do custo de transportes, promoção de aproximação entre fornecedores, empresas e mercado consumidor, a facilidade de comunicação e a troca de informações e conhecimento. Porém em uma dada etapa a aglomeração leva a um encarecimento do solo, gerando uma busca por espaços vazios longínquos, porém baratos.

Santos (1993) expõe essa produção do espaço em função dos interesses das grandes firmas, ou seja, uma Urbanização Corporativa, que devora recursos públicos utilizando os para investimentos econômicos em detrimento dos gastos sociais, onde o sistema produtivo é guiado para certa atividade que por sua vez é coordenada por poucas e grandes corporações, garantindo a valorização de territórios privilegiado, expandindo os limites da metrópole e tornando a periferia o espaço de habitação da classe trabalhadora.

Esse padrão metropolitano é caracterizado pela concentração na centralidade de serviços, infraestrutura e emprego, onde municípios vizinhos formam uma periferia carente de todas essas estruturas servindo preferencialmente de local de moradia. Santos (1993) compreende que essas cidades, espalhadas, ocupam vastas superfícies, entremeadas de vazios urbanos, estimulando a carência de infraestrutura, a especulação fundiária e imobiliária, ainda alavancando problemas de transporte graças a esse modelo de crescimento urbano centro-periferia. Este paradigma funciona através de retroalimentação, visto que as cidades são grandes porque há especulação, e a recíproca também é verdadeira. As carências de serviços, o déficit de residências, a periferização da população, levam a uma diferenciação dos territórios, aumentando a especulação e alimentando esse ciclo.

Milton Santos (1993), em "A Urbanização Brasileira", expressa o fato dessas desigualdades de serviços e infraestruturas no território estarem ligadas ao próprio poder público, que se tornou criador de escassez, estimulando a especulação, fomentando a produção de espaços vazios dentro das cidades e, conseqüentemente, empurrando as populações pobres para as periferias.

Segundo Martinho, et al. (2016) esse distanciamento entre o local de moradia e o local de trabalho, configuram a chave do processo do movimento pendular, que é condicionado pelo processo de produção e ocupação do espaço urbano. Onde a logística do acesso à terra de acordo com as localizações das atividades econômicas, bem como a infraestrutura, revela a segregação socioespacial da população.

Com a revolução técnico científica informacional – lembrando que o aparecimento de uma nova atividade pode influenciar em deslocamentos e novos modelos sociais – passa a

crescer a terceirização na economia, que se caracterizou segundo Martinho, et.al. (2016): pela mudança nas atividades industriais e pelo setor terciário passar a ser um suporte para absorver os excedentes de mão de obra, cujas ocupações não exigem qualificação e a função geralmente de caráter autônomo não possui as garantias dos direitos habituais. O processo atual das metrópoles é bastante complexo, visto que com a globalização, empresas voltadas a produção de um mesmo serviço podem estar em diferentes localidades, e as metrópoles atraem essas atividades de serviços avançados ao mesmo tempo que abrigam também serviços informais terciários, ficando mais complexa a compreensão do fenômeno do movimento pendular.

DESLOCAMENTOS MUNICÍPIO - TRABALHO/ESTUDO

Além do interesse analítico que desperta este fenômeno, em particular do ponto de vista demográfico, seu impacto concreto no espaço metropolitano é absolutamente visível, [...] o que por si só, justifica a preocupação pelo seu melhor entendimento. (CUNHA, 1995, p. 523).

Os deslocamentos município – trabalho/estudo podem servir de referencial para compreensão da metropolização e expansão urbana, visto que, assim como estes cada vez mais aumentam suas distancias, as aglomerações urbanas cada vez mais ocupam espaços longínquos, ampliando a segmentação entre moradia e trabalho. Moura, et. al (2005) em seu artigo “Movimento Pendular e Perspectivas de Pesquisa em Aglomerados Urbanos” considera que esses deslocamentos podem contribuir para apontar a abrangência das novas formas espaciais urbanas, que estão cada vez menos delineadas, estendendo-se sobre extensas superfícies e modificando as relações entre população e lugar.

[...] não se pode perder de vista que, na medida em que esta mobilidade, por definição, decorre do aumento progressivo das distâncias entre a residência dos indivíduos e os locais onde estes exercem suas atividades, vários dos condicionantes ligados ao processo de produção e ocupação do espaço (mercado de terras, distribuição da atividade produtiva etc.) necessitam ser recuperados para sua interpretação [...]. (CUNHA, 1995, p. 523)

Essa desconexão entre moradia e trabalho, percebida nos movimentos pendulares, é vista por Moura (2010) como uma possibilidade de identificação da existência e extensão de aglomerações, além de apontar outras dinâmicas territoriais. O perfil da população que se desloca pode servir de base para compreender relações espaciais entre o mercado de trabalho e da moradia, evidenciando diferenças de acessibilidades às funções metropolitanas por extratos sociais, as segregações socioespaciais características das nossas metrópoles brasileiras. Cabe ressaltar que o movimento pendular ocorre também entre municípios não aglomerados, quando expressam a localização de atividades atrativas para trabalho/estudo.

Para Moura, et.al (2005), essa análise dos dados de movimento pendular, abre perspectiva para pesquisas sobre configuração territorial dessas aglomerações

metropolitanas, podendo indicar transformações na tecnologia de transportes e comunicações que vieram a fomentar movimentações que acabaram por desenhar resultados espaciais. Onde cada ambiente pode apresentar diferentes modelos de fluxos do entorno para o polo de acordo com o contexto histórico espacial - podendo ser revelados diversos núcleos de aglomeração, que podem possuir, ou não, um polo principal.

O movimento pendular á trabalho/estudo está associado as demandas de transporte e vias de circulação, incidindo no funcionamento do cotidiano das cidades, segundo Moura (2010), ele infere inclusive na projeção estratégica das cidades, tanto de pessoas, como de empresas e instituições. Branco et. Al (2005) ressalta que o dimensionamento do percentual de acréscimo populacional de população a trabalho ou estudo, deve ser considerado na formulação de políticas públicas, tanto para o atendimento dessa parcela da população no município de destino, quanto na formulação de políticas de geração de emprego no município de origem. Para compreensão da influência dessa dinâmica na economia é importante perceber o perfil da população deslocada, como idade, escolaridade, gênero e rendimento médio.

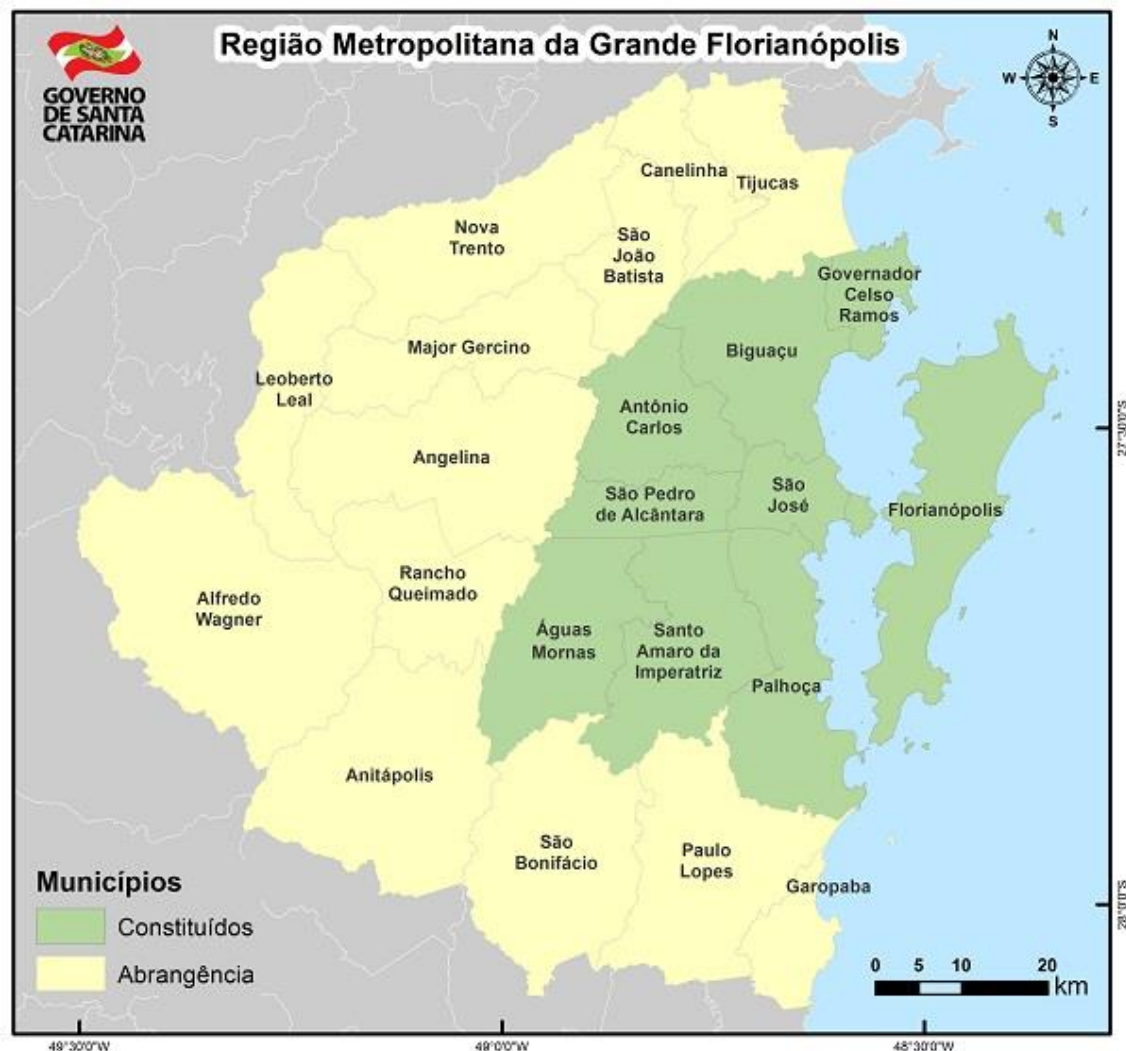
O MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS

Segundo o IBGE (2002), a Região Metropolitana é “uma área instituída por legislação estadual e constituída por agrupamentos de municípios limítrofes, com o objetivo de integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum”. Em Santa Catarina foram criadas seis regiões, sendo a de Florianópolis a que passa por um processo de metropolização.

No Brasil, onde as Regiões Metropolitanas não têm consolidado seu papel de integração e desconcentração das funções, Santa Catarina mostra-se como um caso peculiar, já que é o estado que mais criou Regiões Metropolitanas nos últimos anos, o que remete a pouca compreensão conceitual do papel e das características geográficas de uma Região Metropolitana. Além disso, há uma sobreposição de leis conferindo poderes a diferentes instituições que abrangem uma mesma área territorial, com associações de municípios, aglomerações urbanas, microrregião e região metropolitana, uma retórica municipalista e localismo, institucionalizando novas unidades territoriais com vistas a integrar e desenvolver o território, mas que tornam a questão tumultuada, já que não há uma real gestão no âmbito metropolitano. (HENRIQUE, 2007, p.50)

O município de Governador Celso Ramos (27°18'53" S e 48°33'33" W) é um dos municípios que integram a Região Metropolitana da Grande Florianópolis (figura 1), e está localizado a aproximadamente 50 Km da capital do Estado de Santa Catarina. O município possui uma população estimada de 14.229 habitantes e área territorial de 117,185 Km² (IBGE, 2018).

Figura 1. Região Metropolitana da Grande Florianópolis.



Fonte: Secretária do Estado do Planejamento – SC (2018).

É um município da costa catarinense que teve um importante papel na indústria pesqueira, sobretudo na manufatura e pesca de baleias, tornando-se o maior e mais importante posto de pesca do Brasil Colônia, sendo esta a principal atividade econômica da região por um longo período (SILVA, 1990).

Ao longo do século XIX, a pesca da baleia entrou em declínio, e desde então, a região passou por diversas transformações socioeconômicas, porém a indústria pesqueira, com a ascensão da pesca industrial ao longo do século XX, ainda continuaria sendo uma das principais atividades desenvolvidas na região, e possivelmente o principal componente socioeconômico transformador do espaço e de ocupação do território.

A indústria pesqueira, hoje em dia, representada pela pesca artesanal, industrial, maricultura e manufaturas de pescado, ainda possui um importante papel como atividade

econômica e nas relações sociais e de ocupação territorial no município, porém o turismo e todas as atividades correlatas, como o setor de comércio e serviços, representam atualmente, o setor econômico de maior força na transformação da paisagem e no processo de uso e ocupação do solo, a exemplo de outros pequenos municípios da costa catarinense.

Devido a diversos fatores, entre eles o turismo, percebe-se o aumento da construção civil, da especulação e expansão imobiliária no município, com a construção de novos edifícios e a formação de novos loteamentos, sobretudo na região costeira próximo as praias.

Um dos principais impactos relacionados ao turismo e a especulação imobiliária é o processo de urbanização desordenado. Este processo desperta a necessidade de uma avaliação crítica acerca do planejamento e ocupação territorial, sobretudo ligado a questões ambientais, que se tornam mais importantes quando se tratam de regiões costeiras, devido a presença de diversos ecossistemas de grande relevância e fragilidades ambientais (BORELLI, 2007).

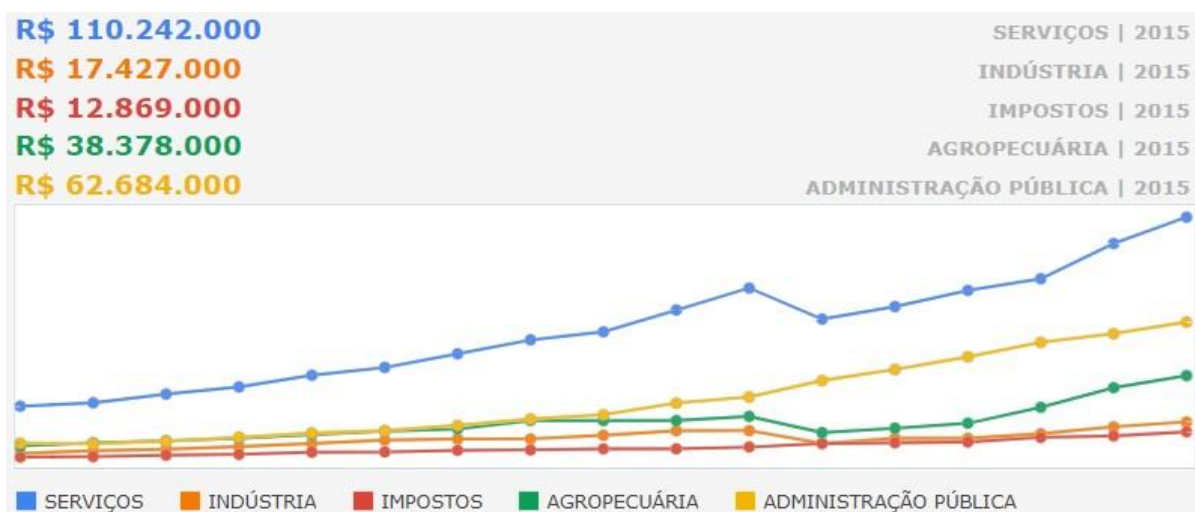
Além do processo de especulação e expansão imobiliária que vem sem intensificando no município, percebe-se a desatualização dos instrumentos de gestão territorial municipais, como é o caso do principal documento norteador do uso e ocupação do solo, o Plano Diretor, que foi estabelecido através da promulgação da Lei Complementar 389/1996, no ano de 1996.

Desde então o Plano Diretor de Governado Celso Ramos recebeu apenas pequenas atualizações e alterações, por meio da Lei Ordinária 445/1997 que alterou o zoneamento da Praia de Palmas, Lei Ordinária 626/1998 que fixou as diretrizes e as estratégias do Plano Diretor e da Lei Ordinária 891/2013 que alterou novos limites e confrontações do zoneamento do Plano Diretor (LC 389/1996) na região de Areias, além da Lei 947/2014 que pretendia alterar os índices para a construção de prédios em limite superior a 50% do previsto no Plano Diretor, porém declarada inconstitucional em ação do Ministério Público de Santa Catarina.

Nota-se que o Plano Diretor, permanece desatualizado, mesmo com as modificações realizadas, sobre tudo por não estar alinhado com as transformações ocorridas no município nas últimas duas décadas, além de não acompanhar as transformações pertinentes ao quadro legal, principalmente ambiental e de planejamento, como por exemplo o Novo Código Florestal (Lei nº 12.651 de 25 de maio de 2012) e o Programa Estadual de Gerenciamento Costeiro de Santa Catarina (GERCO/SC).

Ao analisarmos a economia do município, podemos verificar que 45,7% do valor adicionado bruto ao PIB é do setor de serviços, 25,9% do setor da administração pública e 15,88% é da agropecuária, sendo estes os três setores de maior destaque (figura 2).

Figura 2. Valor Adicionado Bruto por atividade econômica no PIB de 1999 a 2015 em Governado Celso Ramos.

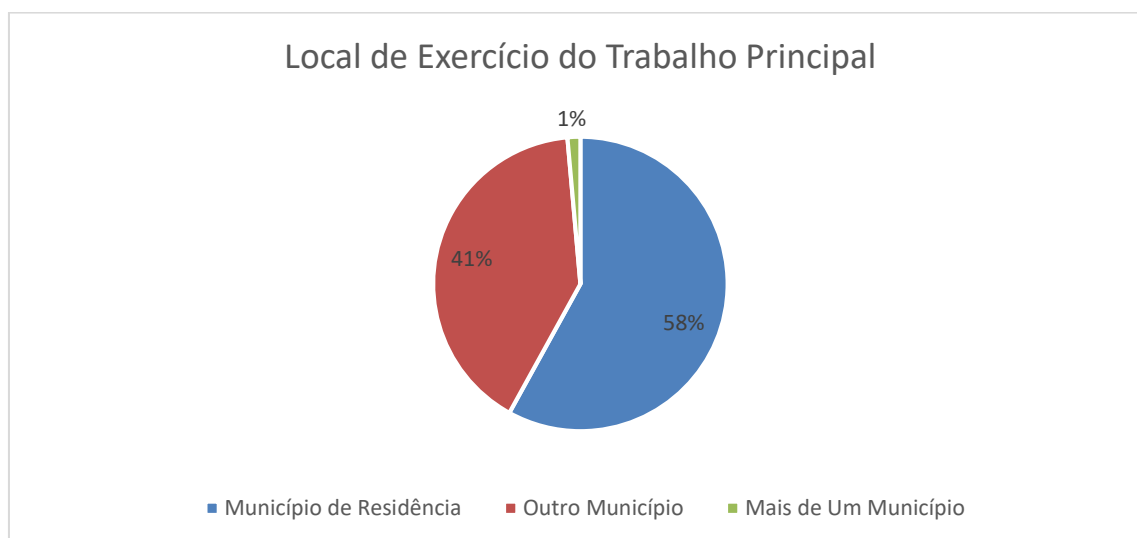


Fonte: IBGE (2015)

MOVIMENTO PENDULAR DE TRABALHO

Com relação aos dados censitários de 2010 sobre o local de exercício do trabalho principal do município de Governador Celso Ramos, do total de 6725 trabalhadores, 3902 pessoas estavam ocupadas no próprio município, enquanto 2728 pessoas trabalhavam em outro município e apenas 95 pessoas trabalhavam em mais de um município ou país (figura 3).

Figura 3. Percentual de trabalhadores residentes em Gov. Celso Ramos de acordo com o local.



Fonte: Própria, formulada a partir dos dados do Censo Demográfico 2010 (IBGE).

Os dados sobre a seção de atividade do trabalho principal do Censo Demográfico de 2010 foi dividido em 22 classes. Destas 22 classes, apenas a classe *Organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais* não possuía pessoas ocupadas que residentes no município. Das outras 21 classes, em 13 delas, a maioria das pessoas residentes trabalhavam no próprio município, enquanto nas outras 8 classes, a maioria das pessoas trabalhavam em outro município que não de suas residências (tabela 1).

Tabela 1. Pessoas por local de exercício e a seção de atividade do trabalho principal residentes em Governador Celso Ramos.

Seção de atividade do trabalho principal	Local de exercício do trabalho principal			
	Total	Município de residência	Outro município	Mais de um município ou país
Total	6725	3902	2728	95
Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura	1413	666	726	21
Indústrias extrativas	23	4	19	-
Indústrias de transformação	929	373	552	4
Eletricidade e gás	15	5	10	-
Água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação	68	41	26	-
Construção	556	470	76	11
Comércio; reparação de veículos automotores e motocicletas	1003	674	323	6
Transporte, armazenagem e correio	195	67	118	10
Alojamento e alimentação	454	364	91	-
Informação e comunicação	41	-	35	6
Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados	49	18	31	-
Atividades imobiliárias	33	28	5	-
Atividades profissionais, científicas e técnicas	147	43	90	13
Atividades administrativas e serviços complementares	312	168	144	-
Administração pública, defesa e seguridade social	257	155	102	-
Educação	300	196	95	9
Saúde humana e serviços sociais	162	125	37	-
Artes, cultura, esporte e recreação	48	33	15	-
Outras atividades de serviços	162	130	33	-
Serviços domésticos	389	241	143	4
Organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais	-	-	-	-
Atividades mal especificadas	167	101	56	10

Fonte: IBGE – Censo Demográfico 2010.

Em Governador Celso Ramos, a maioria da população que estava ocupada na semana de referência do município, aproximadamente 64,77%, estava concentrada em 5 classes de atividade: *Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura, Industrias de transformação, Construção, Comércio; reparação de veículos automotores e motocicletas e Alojamento e alimentação*, com 1413, 929, 556, 1003 e 454 pessoas ocupadas, respectivamente. Em uma análise mais profunda sobre estas 5 classes, observamos que a classe *Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura* é a que possuía maior número de trabalhadores, e destes 666 estavam ocupados no município, enquanto 726 trabalhavam em outro município, e apenas 21 pessoa trabalhavam em mais de um município ou país. Esta tendência também é observada na classe *Indústria de transformação*, com 373 pessoas que trabalhavam no município de residência e 552 em outro município.

Em relação as outras 3 classes que compõem o grupo das 5 classes de atividades mais representativas da população ocupada, observa-se que a maioria das pessoas estavam trabalhando em Governador Celso Ramos. Destas, a classe *Construção* possui destaque, pois do total de 556 pessoas que trabalhavam nesta classe, a grande maioria, 470 pessoas, trabalhavam no município, enquanto apenas 76 trabalhavam em outro município e 11 pessoas trabalhavam em mais de um município ou país. Podemos observar que a construção civil, de acordo com o Censo Demográfico de 2010, já era o terceiro maior setor empregador de pessoas residentes no município, ficando atrás apenas de setores como *Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura e Comércio; reparação de veículos automotores e motocicletas*. Outros dados nos permitem inferir que o setor da construção civil vem aumentando no município, impulsionados, sobretudo, pelo turismo. De acordo com a Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE 2.0) para o setor *Construção* do Cadastro Central de Empresas – IBGE, de 2001 a 2009, 7 empresas ou organizações tinham sido fundadas no setor da construção civil no município. Em contrapartida, de 2010 a 2016, foram fundadas 24 empresas ou outras organizações ligadas ao setor, 5 delas somente em 2010.

Podemos destacar ainda, o setor de *Informação e comunicação*, o qual é o único caso em que 100% das pessoas ocupadas trabalhavam em outro município ou em mais de um município ou país. Ou seja, todas as pessoas residentes em Governador Celso Ramos, empregadas na atividade de *Informação e comunicação*, necessitavam se deslocar para seus locais de trabalho principais em outros municípios, realizando o movimento pendular entre o município de residência e de trabalho. Este dado mostra que, provavelmente, o município não oferecia vagas de empregos neste setor, ou, o que é menos provável, todas as vagas oferecidas por este setor no município eram preenchidas por pessoa que não residiam no município.

Em relação ao tempo habitual de deslocamento das pessoas, ocupadas na semana de referência, que, no trabalho principal, trabalhavam fora do domicílio e retornavam diariamente do trabalho para o domicílio, a maioria das pessoas se deslocava entre 6 minutos até meia hora (tabela 2). A maioria das pessoas que se deslocavam nesta faixa de tempo possuía uma carga horária habitualmente de trabalho de 40 a 44 horas semanais.

Tabela 2. Pessoas ocupadas que trabalhavam fora do domicílio e retornavam diariamente do trabalho para o domicílio, por tempo habitual de deslocamento e carga horária semanal de trabalho.

Grupos de horas habitualmente trabalhadas por semana no trabalho principal	Tempo habitual de deslocamento do domicílio para o trabalho principal					
	Total	Até 5 min	De 6 min até 30 min	Mais de 30 min até 1 h	Mais de 1 h até 2 h	Mais de 2 h
Total	4759	1094	2178	987	484	16
Até 14 horas	247	79	134	29	5	-
15 a 29 horas	406	112	196	61	37	-
30 a 39 horas	523	146	248	73	56	-
40 a 44 horas	1737	340	786	383	228	-
45 a 48 horas	1050	249	424	289	78	10
49 horas ou mais	795	168	390	151	80	6

Fonte: IBGE – Censo Demográfico 2010.

Como podemos observar, os dados do Censo Demográfico de 2010 sobre o tempo de deslocamento, se dão em função do trabalho fora do domicílio e não em relação ao local de trabalho.

Com o intuito de fazer uma melhor análise, de acordo com os dados censitários de deslocamentos, das pessoas que provavelmente realizavam o movimento pendular entre municípios, foi necessário ter por base o tempo médio de deslocamento realizado entre pontos extremos do município. O tempo médio de deslocamento entre pontos extremos de Governador Celso Ramos, estimado a partir do *Google Maps*, foi entre 25 a 30 minutos, dependendo da rota.

Tendo por base esta estimativa, podemos inferir que, as pessoas que faziam o trajeto do domicílio até o trabalho principal em até 5 minutos, trabalhavam no próprio município. Ao considerar também o tempo médio de deslocamento entre pontos extremos do município, podemos inferir que as pessoas que se deslocavam para o trabalho em um tempo maior que meia hora, o que inclui as classes as 3 classe de maior tempo de deslocamento, era realizada por pessoas que trabalhavam em outro município ou em mais de um município. Com isso, 1487 trabalhadores estavam enquadrados nestas 3 classes de maior tempo de deslocamento entre domicílio e trabalho principal.

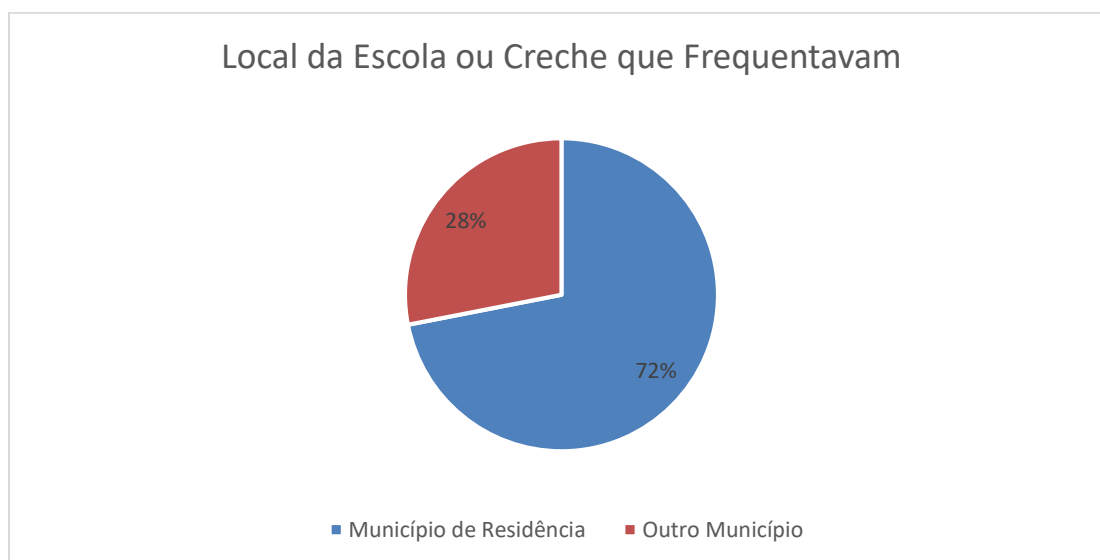
A partir destes dados, considerando o número total de pessoas que trabalhavam em outro município ou em mais de um município, podemos inferir que, aproximadamente 62% das pessoas que se deslocavam entre 6 minutos até meia hora, também trabalhavam em outro município.

Ao analisar a carga horária habitualmente trabalhada por semana, das pessoas que se deslocavam do domicílio para o trabalho principal, podemos observar que, aproximadamente, 75% destas pessoas trabalhavam 40 horas ou mais por semana. Destas, 823 levavam o tempo habitual de deslocamento de mais de meia hora até uma hora, 386 pessoas percorriam o trajeto de casa ao trabalho em mais de uma hora até duas horas, e apenas 16 pessoas levavam mais de duas horas até o trabalho.

MOVIMENTO PENDULAR DE ESTUDO

De acordo com os dados do Censo Demográfico de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), o município de Governador Celso Ramos possuía 12.999 habitantes, destes, aproximadamente 77,61% estudavam e ou trabalhavam. Das 3364 pessoas que estudavam, 2542 pessoas estudavam no próprio município, enquanto 822 pessoas estudavam em outro município. (figura 4).

Figura 4. Percentual de pessoas, residentes em Gov. Celso Ramos, que frequentavam escola ou creche de acordo com o local.



Fonte: Própria, formulada a partir dos dados censitários.

Ao analisar a população de estudantes do município, observamos que 75,57% da população estudavam em alguma instituição de ensino no município. De acordo com a estratificação dos cursos frequentados (níveis de educação) do Censo Demográfico de 2010, todos os estudantes do curso *classe de alfabetização* e do curso *alfabetização de jovens e adultos*, 3,74% e 0,87%, respectivamente, do percentual total da população de estudantes, frequentavam os cursos no próprio município. Em contrapartida, todos os estudantes de *Especialização de nível superior*, 27 pessoas ao todo, frequentavam seus cursos em outro município (tabela 3).

Tabela 3. Pessoas residentes no município de Governador Celso Ramos que frequentavam escola ou creche e o curso que frequentavam.

Curso que frequentavam	Local da escola ou creche que frequentavam			
	Total	Município de residência	Outro município	País estrangeiro
Total	3364	2542	822	-
Creche	116	88	28	-
Pré-escolar	346	340	6	-
Classe de alfabetização	126	126	-	-
Alfabetização de jovens e adultos	29	29	-	-
Fundamental	1804	1589	215	-
Médio	572	350	223	-
Superior de graduação	344	21	323	-
Especialização de nível superior, mestrado ou doutorado	27	-	27	-

Fonte: IBGE – Censo Demográfico 2010.

As demais classes de cursos discriminadas no Censo Demográfico de 2010, possuíam estudantes que frequentavam estes cursos no município ou em outro município. Os dados mais discrepantes, em relação ao local (município) onde as pessoas frequentavam os diferentes cursos, são em relação aos cursos *Fundamental* (ensino fundamental) e *médio* (ensino médio). Quanto à curso *Fundamental*, 1589 pessoas frequentavam no próprio município, enquanto apenas 215 pessoas frequentavam em outro município. Já em relação ao curso *Médio*, podemos observar uma distribuição mais igual entre os estudantes que frequentavam no município de residência ou em outro município, 350 e 223 pessoas, respectivamente.

O maior equilíbrio percentual entre os alunos que frequentavam o curso *Médio* em outro município e os estudantes que frequentavam este curso no próprio município, comparado aos dados da curso *Fundamental*, pode estar atrelado ao fato de as estudantes buscarem, em outros municípios, um ensino de melhor qualidade nos anos finais do período escolar regular visando à aprovação em concursos vestibulares. A falta de escolas, provavelmente não foi um motivo para estudantes buscarem estes níveis de ensino em outros municípios, pois, de acordo com os dados do *Portal Cidades* do IBGE, Governador Celso Ramos possui 9 escolas de ensino fundamental e 2 escolas de ensino médio. Com isso, acredita-se que a capacidade instalada de instituições de ensino fundamental e médio era suficiente para comportar a demanda de alunos por educação nestes níveis escolares.

De acordo com os dados do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), em relação à rede municipal de educação de Governador Celso Ramos, o índice da 4ª série/ 5º ano foi de 4,7 em 2009 e 6,3 em 2017, ambos acima das metas projetadas. O índice da 8ª série/ 9º ano foi de 4,0 em 2009 e 5,4 em 2017. Com relação às instituições de ensino estadual do município, o índice da 4ª série/ 5º ano foi de 4,7 em 2009 e 6,4 em 2017, praticamente

idênticos aos da rede municipal de ensino para os mesmos anos. Quanto ao índice da 8ª série/9º ano, o índice foi de 3,9 em 2009, decaindo para 3,5 em 2017. Para esta série/ano de ensino, podemos observar uma diferença entre as redes de ensino municipal e estadual, sobretudo em 2017. Enquanto que na rede municipal houve um aumento do índice, superando a meta estipulada para o ano, na rede estadual houve um ligeiro decréscimo, evidenciando a diferença na qualidade de ensino entre estas redes nos anos finais do ensino fundamental. Quanto ao ensino médio, o curso é oferecido no município apenas pela rede estadual de educação. O IDEB da 3ª série do ensino médio no município, em 2017, foi de 3,5. Se comparados aos dados de Santa Catarina e do Brasil, 3,6 e 3,8, respectivamente, observamos que o ensino médio em Governador Celso Ramos está um pouco abaixo dos índices estadual e federal. O mesmo padrão acontece aos compararmos com os índices dos municípios de provável deslocamento desses estudantes, como São José e Biguaçu, com índices de 3,8 e 3,5, respectivamente. A exceção é o município de Florianópolis que teve um índice de 3,2 para o mesmo ano, portanto, abaixo do de Governador Celso Ramos.

Sampaio e Guimarães (2009), em um estudo para verificar as diferenças de eficiência entre ensino público e privado no Brasil, concluem que há uma grande disparidade entre as escolas públicas e privadas, no qual as escolas privadas mostraram ter mais eficiência em comparação às escolas públicas, principalmente, se comparado às escolas estaduais analisadas.

Ao analisar os dados gerados pela Comissão Permanente do Vestibular (COPERVE) da Universidade Federal de Santa Catarina, vestibular mais concorrido do estado, podemos também verificar que, em relação ao vestibular de 2018, as duas escolas que oferecem o ensino médio em Governador Celso Ramos tiveram inscritos para o vestibular. Da EEB Aderbal Ramos da Silva, se inscreveram 21 estudantes, sendo que destes 2 foram classificados. Da outra escola do município, a EEB Profª Maria Amalia Cardoso, se inscreveram 7 alunos e nenhum classificado.

Portanto, podemos concluir, por meio destes dados, que a busca por um ensino de melhor qualidade, que é provavelmente um dos principais motivos para o movimento pendular realizado pelos estudantes do ensino médio, e se dá, sobretudo, para escolas da rede privada de ensino dos outros municípios, uma vez que Governador Celso Ramos não possui uma instituição de ensino da rede privada, e a qualidade do ensino médio dos municípios vizinhos, tendo como base o IDEB, é praticamente semelhante ao do município.

Outra análise que podemos fazer com referência aos dados censitários de deslocamentos de estudantes é em relação às pessoas que frequentavam a classe *Superior de graduação* e *Especialização de nível superior*. Do total de 344 pessoas que faziam graduação, residentes em Governador Celso Ramos, apenas 21 delas cursavam no próprio município, enquanto 323 pessoas frequentavam o curso em outro município. Como visto anteriormente, 100% das pessoas que frequentavam o curso de *Especialização de nível superior*, faziam em outro município. O movimento pendular realizado pelas pessoas que representam estas duas classes de cursos é praticamente obrigatório, salvo as exceções que, provavelmente, fazem algum curso de graduação na modalidade de Educação a Distância. O principal motivo se dá pelo fato de o município não dispor de uma instituição de ensino superior. Está demanda é suprida por outros municípios, como Biguaçu que dispõe de instituições de ensino superior da

rede privada, e principalmente, de São José e Florianópolis, que dispõem de um número maior de instituições, públicas e privadas, oferecendo assim, mais opções de cursos.

TRANSPORTE Á FLORIANÓPOLIS

Segundo dados divulgados pelo PLAMUS sobre a mobilidade do município de Florianópolis, onde foram registrados que aproximadamente 172.200 veículos e 25.500 motocicletas cruzam a ponte todos os dias, onde nos horários de pico 75% dos veículos são carros e os ônibus representam apenas 3% dos veículos. Os carros ocupam 90% da via, os ônibus 1%, sendo que a quantidade de passageiros transportados é praticamente a mesma. Todos estes carros levam em média 11 mil pessoas, enquanto esses poucos ônibus tem capacidade para levar 10 mil passageiros. Segundo o Plano de Mobilidade Urbana Sustentável da Grande Florianópolis, 60% das viagens a trabalho são realizadas de automóvel e a justificativa é o tempo das viagem através de transporte público ser o dobro das feitas por automóvel e que 86% das paradas de ônibus fiquem distantes mais de 260 metros da parada mais próxima.

Existe uma linha de ônibus intermunicipal que liga Governador Celso Ramos a Florianópolis, via SC-410, essa linha liga também os municípios de Biguaçu e São José, o tempo estimado do trajeto é de 1h 14min. De segunda-feira a sexta-feira os horários da linha, vigentes desde 31 de dezembro de 2016, no sentido Governador Celso Ramos á Florianópolis são: 04:45; 05:15; 06:00; 06:20; 07:00; 10:00; 11:20; 12:05; 12:35; 15:00; 16:10; 17:20; 18:50; 20:33. No sentido inverso os horários são: 06:35; 07:30; 08:10; 09:30; 10:15; 11:00; 12:15; 14:30; 15:40; 16:35; 17:30; 18:20; 19:00; 20:30; 22:45. Aos finais de semana o número de horários da linha diminui, no sábado os horário de ida são 04:40; 05:50; 07:00; 12:05; 15:00; 17:00 e os horários de retorno 08:00; 11:00; 12:30; 13:40; 16:15; 18:20; 20:00. Aos domingos são apenas 4 os horários de ida e volta.

Segundo o relatório da PLAMUS para Biguaçu, Antônio Carlos e Governador Celso Ramos, foram indicados diversos problemas em relação a mobilidade entre esses municípios a Florianópolis, como: aumento do tempo de deslocamento das pessoas, aumento da frota de veículos particulares motorizados, falta de linhas, descumprimento dos horários, alto custo do transporte para o usuário e falta de malha viária para transporte coletivo. As causas para estes problemas são geradas: pela centralização dos serviços urbanos, pelo sistema viário obsoleto em relação a demanda, pela política habitacional desintegrada das outras políticas públicas, pela baixa densidade populacional, má distribuição espacial de empregos, falta de infraestrutura e acessibilidade, ausência de um modelo institucional regional e falta de planejamento no poder público.

Foi realizada uma pesquisa de origem destino domiciliar, pela PLAMUS onde foram pesquisados 5.462 domicílios na Região Metropolitana da Grande Florianópolis. Governador Celso Ramos apresentou os seguinte valores: 10.498 para não motorizadas, 7.288 para motorizadas e 3.644 para transporte coletivo. Ou seja, de um total de 21.429 viagens, 48% não são motorizadas e ainda 17% das viagens são realizadas através de transporte coletivo.

O desequilíbrio na distribuição das atividades urbanas, com a concentração de empregos e serviços em Florianópolis, gera um padrão de transporte pendular, visto que Florianópolis possui mais emprego do que moradia, e de maneira geral, os demais municípios da região metropolitana apresentam situação inversa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O movimento pendular não pode ser entendido apenas por questões econômicas e educativas, mas, com os dados censitários não conseguimos ir a fundo nessas outras questões que complementaríamos o entendimento da complexidade deste fenômeno. A partir das informações do Censo Demográfico de 2010, podemos concluir que as pessoas que estudavam em outro município estavam mais concentradas nos cursos de ensino médio, superior e de pós-graduação. Podemos identificar, que pelo fato de o município possuir uma capacidade instalada para suprir a demanda de estudantes do ensino médio, o motivo principal de deslocamento pode estar vinculado à procura por um ensino de melhor qualidade. Já os estudantes do ensino superior ou de pós-graduação, não possuíam muitas alternativas a não ser estudar em outros municípios ou por meio da modalidade educacional à distância, pois Governador Celso Ramos não possui, até os dias atuais, uma instituição de ensino superior. Observamos que a grande maioria dos estudantes de graduação, e todos os de pós-graduação optavam em estudar em outros municípios. Uns dos principais motivos dessa escolha podem estar relacionados à diferença de opções de cursos entre a modalidade presencial e a distância, questões econômicas (universidades públicas ou privadas) e a qualidade de ensino.

Outro fator importante a ser considerado, sobre a parcela dos estudantes que realizavam o movimento pendular entre municípios, é a faixa etária, uma vez que estudantes do ensino médio, superior ou de pós-graduação, possuem idades mais adequadas para o uso do transporte coletivo intermunicipal ou até mesmo permissão para condução de veículos particulares. Como os dados censitários não são excludentes quanto aos dados entre pessoas que trabalham e estudam, acredita-se que a faixa etária também pode impactar no deslocamento de estudantes, uma vez que algumas pessoas podem trabalhar e também estudar em outro município.

Os dados censitários utilizados para caracterizar as pessoas que estavam ocupadas, na semana de referência do Censo Demográfico de 2010, revelaram que um pouco mais de 40% das pessoas desenvolviam sua atividade de trabalho principal em outro município ou em mais de um município. Estas pessoas, que realizavam o movimento pendular a trabalho, estavam concentradas, na sua maioria, no setor agrícola, indústria de transformação, comércio, setor de transporte e logística, atividades administrativas e serviços domésticos. O tempo médio habitual de deslocamentos destas pessoas, do local de residência para o trabalho, era de mais de meia hora até uma hora, com uma boa parcela dos trabalhadores levando um tempo de deslocamento de até duas horas. A carga horária de trabalho era igual ou superior a 40 horas semanais.

Os dados do Censo Demográfico, se mostraram uma importante fonte para a caracterização do movimento pendular de estudo/trabalho do município de Governador Celso Ramos. A partir dos dados censitários, foi possível identificar o número de pessoas que realizavam o movimento pendular em relação as pessoas que frequentavam creche ou escola, e que estavam ocupadas (trabalhando), na semana de referência. Além disso, foi possível caracterizar as pessoas que realizavam o movimento pendular de estudo, quanto ao nível de ensino que cursavam, e com relação ao trabalho, quanto às seções de atividades principais desenvolvidas, tempo de deslocamento e carga horária trabalhada. Apesar de não ser o escopo da presente pesquisa, outros dados da população que se desloca para outros municípios em função de estudo e ou trabalho podem ser obtidos a partir dos dados censitários, como por exemplo, sexo, cor, nível de renda, entre outros dados. Para um estudo mais complexo acerca do movimento pendular, faz-se necessário, além dos dados do Censo Demográfico, o levantamento de dados em outras pesquisas do IBGE, e de mobilidade, principalmente, do transporte público. Os dados obtidos pelo PLAMUS ajudaram na percepção mais abrangente do fenômeno da Região Metropolitana da Grande Florianópolis, facilitando a melhor compreensão das características e dificuldades encontradas nesses deslocamentos diários.

REFERÊNCIAS

- BORELLI, Elizabeth. Urbanização e qualidade ambiental: o processo de produção do espaço da costa brasileira. *Revista Internacional Interdisciplinar Interthesis*, v. 4, n. 1, p. 1-27, 2007.
- CORRÊA, Roberto Lobato. Interações espaciais. (279-318) In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (Org.). *Explorações geográficas: percurso no fim do século*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.
- CUNHA, José Marcos Pinto da. A mobilidade pendular: uma contrapartida da migração intrametropolitana. In: *Anais do VI Encontro Nacional da ANPUR*, v. 6, p. 518-526, Brasília, 1995.
- JARDIM, Antonio de Ponte. Movimentos pendulares: Reflexões sobre a mobilidade pendular. (58-70). In: OLIVEIRA, Luiz Antonio Pinto de; OLIVEIRA, Antônio Tadeu Ribeiro de (Org.). *Reflexões sobre os deslocamentos populacionais no Brasil*. Rio de Janeiro: IBGE, 2011.
- MARTINHO, Clarice Antoun; SILVA, Mauricio Gonçalves e; AJARA, Cesar. Movimento pendular e ocupação na Região Metropolitana de Recife - PE. *Espaço e Economia*, [s.l.], n. 9, p.1-26, 2016.
- MOURA, Rosa; BRANCO, Maria Luisa Gomes Castello; FIRKOWSKI, Olga Lúcia C. de Freitas. Movimento pendular e perspectivas de pesquisas em aglomerados urbanos. *São Paulo em Perspectiva*, v. 19, n. 4, p.121-133, 2005.

MOURA, Rosa. Movimento pendular da população no Paraná: uma evidência da desconexão moradia/trabalho. Cadernos Metrópole, v. 12, n. 23, 2010

SAMPAIO, Breno; GUIMARÃES, Juliana. Diferenças de eficiência entre ensino público e privado no Brasil. Economia Aplicada, v. 13, n. 1, p. 45-68, 2009.

SANTOS, Milton. A urbanização brasileira. São Paulo: HUCITEC, 1993.

SILVA, Célia Maria e. Ganchos (SC): ascensão e decadência da pequena produção mercantil pesqueira. 1990. 253 f. Dissertação (Mestrado) – Curso do Programa de Pós-graduação em Geografia, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1990.